

-----Ata número dois de dois mil e vinte-----

---Ao vigésimo nono dia do mês de junho do ano de dois mil e vinte, reuniu a Assembleia Municipal em sessão ordinária, no Auditório Municipal, com a seguinte ordem de trabalhos:-----

1. Período antes da ordem do dia-----
2. Apreciação da informação escrita do Sr. Presidente da Câmara, acerca da atividade municipal, situação financeira e processos judiciais pendentes (artigo 25º, nº2, alínea c)); -----
3. Regulamento do “Gabinete de Psicologia Porta D`Ouro” – Proposta de aprovação; -----
4. Reconhecimento do Interesse, para a População e para a Economia Local, do projeto de “Recuperação do Miradouro do Imaginário”; -----
5. Contratualização de Empréstimo de Médio e Longo Prazos para a Contrapartida Nacional de Quarto Projetos Cofinanciados pelo FEDER, no âmbito do Quadro de Compromissos do PARU – Plano de Ação de Regeneração Urbana do Município de Mesão Frio – 3ª fase – até ao montante de 77.206,76€ – Proposta de aprovação; -----
6. Contratualização de Empréstimo de Médio e Longo Prazos para a contrapartida nacional de quarto projetos cofinanciados pelo FEDER, no âmbito do quadro de compromissos do PARU – Plano de Ação de Regeneração Urbana do Município de Mesão Frio – 3ª fase – até ao montante de 77.206,76€ - Aprovação dos Encargos Plurianuais; -----
7. Construção do Estádio Municipal de Mesão Frio – 1ª fase – Aprovação dos Encargos Plurianuais; -----
8. Contratos de Aquisição de bens e serviços com encargos plurianuais, autorizados pela Assembleia Municipal, nos termos do nº1, artigo 30.º, das Normas de Execução Orçamental, que fazem parte integrante das Grandes Opções do Plano e Orçamento 2020, no período de 28 de fevereiro a 8 junho do corrente ano – Tomar conhecimento;-----

9. Documentos de Prestação de Contas, Relatório de Gestão do Exercício de 2019 e Aplicação de Resultados – Proposta de aprovação; -----
10. 2ª Alteração Orçamental Modificativa às Grandes Opções do Planos e Orçamento para 2020 – Proposta de aprovação; -----
11. Relatório sobre o Estado de Ordenamento do Território (REOT) – Apreciação;
12. Conhecimento dos atos praticados, no âmbito do Regime Excepcional para Promover a Capacidade de Resposta das Autarquias Locais, no âmbito da Pandemia da Doença - COVID-19, ao abrigo do disposto no artigo 4º da Lei n.º6/2020, de 10 abril – Tomar conhecimento;-----
13. Período aberto ao público; -----

Presentes os senhores, Carlos Manuel Pombo Soares Silva, Presidente da Assembleia Municipal, que, nesta qualidade, abriu a reunião às vinte e uma horas e cinco minutos, Luís Miguel Silva Marques, primeiro secretário, Marco Aurélio Correia de Araújo Ferro, designado segundo secretário nos termos do artº 10º, nº 3, do Regimento, Pedro Miguel Alves Poças, Marco António Gonçalves Teixeira, José Eduardo Branco dos Santos, António César Vicente Nunes, Vítor Miguel Barros da Fonseca, Francisco Guedes Moreira, José Ângelo Pinto Vieira, Carlos Alexandre Dias Pereira, Tiago Miguel Rodrigues Alves, Filipe Manuel de Sá e Jorge Filipe Portela (PS), Maximiano Pereira Correia, Maria Teresa Freitas Alves Lúcio e Joaquim de Carvalho Saraiva (PPD/PSD)-----

--- Presentes os senhores Alberto Monteiro Pereira, Presidente da Câmara Municipal, Paulo Jorge Peres Teixeira da Silva, Cristina Isabel de Almeida Guedes Major e Manuel Fernando Mesquita Correia, vereadores do (PS) e António José Rodrigues Teixeira vereador do (PPD\PSD). -----

**FALTAS:** Rafael António Ribeiro Pinto de Miranda (PPD/PSD). -----

**FALTAS JUSTIFICADAS:** Justina Alexandra de Sousa Teixeira, André Filipe Miranda Monteiro. -----

Iniciada a sessão, o Senhor Presidente da Mesa da Assembleia, após cumprimentar os presentes, solicitou ao Senhor Deputado Marco ferro que ocupasse o lugar de segundo secretario na mesa, de seguida pôs a votação a ata da reunião anterior que foi aprovada por unanimidade. -----

---No ponto um pediu a palavra o Senhor Deputado Joaquim Saraiva para manifestar o agradecimento e reconhecimento para todos aqueles que estiveram na linha da frente no combate a pandemia COVID-19, referiu ainda que estamos numa altura em que as pessoas procuram cada vez mais o desporto na rua, ao ar livre, e nesse sentido deveriam quer as juntas quer a Autarquia efetuar a limpeza de bermas e caminhos, terminou referindo que já a cerca de três meses que se verifica um cheiro nauseabundo na entrada da Vila junto ao monumento “Porta do Douro”.-----

---O Senhor deputado Pedro Poças agradeceu enquanto profissional de saúde as palavras do deputado Joaquim Saraiva, alertou que esta batalha contra a COVID-19 não está ganha, solicitou a todos para que não facilitem e que continuem o trabalho até aqui efetuado, terminou dando os parabéns a toda a comunidade de Mesão Frio pela forma como encararam a luta contra a pandemia. -----

---O Senhor Presidente da Camara iniciou a sua intervenção agradecendo as palavras dos deputados Joaquim Saraiva e Pedro Poças, referiu que todos temos que continuar com esta luta sem facilitar, abordou o tema da limpeza das estradas e caminhos referindo que os funcionários do Município estão a trabalhar em espelho estando assim diminuída a capacidade de resposta e que também a empresa contratada para esse serviço não tem pessoal suficiente para dar cobertura a todas as solicitações, terminou apelando a todos para que continuem firme na luta diária contra a pandemia no sentido de serem protegidas todas as famílias.-----

---O senhor Deputado António Nunes referiu que na qualidade de Presidente da Junta da freguesia de Santo André garante que todos os caminhos da Freguesia se encontram devidamente limpos ao contrario daquilo que foi dito pelo deputado Joaquim Saraiva.-----

---No ponto dois, o senhor Presidente da Câmara informou a Assembleia sobre a atividade Municipal, incidindo a sua intervenção sobre as seguintes matérias: Reunião com a empresa Hotel Douro Scala; reunião com novo Comandante do posta da Guarda Nacional Republicana; reunião com a Administração da caixa Geral de Depósitos; dia internacional da Proteção Civil; assinatura de contrato para aquisição de duas viaturas; reunião com todos os funcionários do Município; Reunião com a senhora Ministra da coesão territorial e terminou informando que em termos financeiros foram cumpridos

todos os objetivos, que o montante de obra realizada ultrapassa os seis milhões de euros e que a dívida do Município se encontra atualmente nos 4,9 milhões de euros.---

---No Ponto três, Regulamento do “Gabinete de Psicologia Porta D’Ouro”, o Sr. Presidente da Câmara Municipal no uso da palavra fez uma breve explicação sobre o tema, referindo que se trata de proporcionar aos munícipes mais um serviço dando assim resposta a algumas solicitações principalmente agora em tempo de pandemia, não havendo mais ninguém inscrito para intervir, posto à votação o documento em mérito foi aprovado por unanimidade.-----

---No ponto quatro, Reconhecimento do Interesse, para a População e para a Economia Local, do projeto de “Recuperação do Miradouro do Imaginário”, o Sr. Presidente da Câmara Municipal no uso da palavra fez uma breve explicação sobre o tema, referindo que o miradouro do Imaginário é um ponto importante para o turismo do Concelho, e, não havendo mais ninguém inscrito para intervir, posto à votação o documento em mérito foi aprovado por unanimidade. De seguida, o Sr. Presidente da Assembleia esclareceu os presentes que, atenta a informação prestada pelo Presidente da Câmara Municipal de Mesão Frio, bem como o teor da proposta que instruiu o presente assunto e que mereceu a aprovação de todos, a fundamentação da presente deliberação é, para os devidos e legais efeitos, a seguinte: o património cultural enquanto recurso endógeno surge como um dos elementos diferenciadores mais expressivos que os territórios têm à disposição. Num contexto de grande escassez de recursos, é importante sabermos valorizar as potencialidades que nos circundam, por isso entende-se que o Município deve procurar demonstrar como a valorização do património pode ser uma opção estratégica de grande importância para a gestão do território, na medida em que contribui para a diferenciação e qualificação dos lugares, aumentando a sua atratividade e reforçando a sua genuinidade. Acresce que a valorização do património contribui também para a inclusão social e para a autoestima das comunidades. Por outro lado, o recurso a um modelo de gestão territorial apoiado na valorização do património pode contribuir para a melhoria da qualidade de vida e da imagem de marca dos lugares através do fortalecimento da sua autenticidade. E, como se refere na aludida proposta, num cenário de forte competição à escala global, as especificidades locais e a singularidade regional representam uma oportunidade que não pode ser desperdiçada.-----

Assim, pretende-se proporcionar as melhores condições para que os visitantes conheçam a nossa paisagem e património, sendo certo que o Miradouro do Imaginário, situa-se na “Porta do D’Ouro” e no início do Alto Douro Vinhateiro – Património Mundial da Unesco, e se reveste de uma grandiosa paisagem, história e encantos naturais. Deste modo sublinha-se o seu interesse para as populações e para a economia local, porquanto servirá não só para a utilização dos locais, mas também para os muitos turistas que ocorrem a esta região do Douro e dinamizam o tecido económico do território. Por fim, importa salientar que, além de constituírem atribuições do município, a promoção e salvaguarda dos interesses próprios das respetivas populações, nos domínios do património, cultura e ciência, como se encontra estabelecido na alínea e), do n.º 2, do artigo 23.º, do RJUAL, aprovado pela Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, Mesão Frio representa a porta de entrada no Douro, Património Mundial, excelente polo de atração turística, visitado diariamente por numerosos turistas e a recuperação deste ponto de observação privilegiada das nossas paisagens será mais um motivo de atração, que contribuirá para a dinamização do comércio dos produtos locais, refletindo-se na nossa economia e consequente melhoria das condições de vida das populações. -----

---No ponto cinco, Contratualização de Empréstimo de Médio e Longo Prazos para a Contrapartida Nacional de Quarto Projetos Cofinanciados pelo FEDER, no âmbito do Quadro de Compromissos do PARU – Plano de Ação de Regeneração Urbana do Município de Mesão Frio – 3ª fase – até ao montante de 77.206,76€, o Sr. Presidente da Camara Municipal no uso da palavra fez uma breve explicação sobre o tema, referindo que se trata de um montante para fazer face a quatro obras: Santa Cristina, Avenida Nova, Avenida Domingos Monteiro e Rua do Mercado, não havendo mais ninguém inscrito para intervir, posto à votação o documento em mérito foi aprovado por unanimidade.-----

---No Ponto seis, Contratualização de Empréstimo de Médio e Longo Prazos para a contrapartida nacional de quarto projetos cofinanciados pelo FEDER, no âmbito do quadro de compromissos do PARU – Plano de Ação de Regeneração Urbana do Município de Mesão Frio – 3ª fase – até ao montante de 77.206,76€ - Aprovação dos Encargos Plurianuais, o Sr. Presidente da Camara Municipal no uso da palavra fez uma

breve explicação sobre o tema, não havendo mais ninguém inscrito para intervir, posto à votação o documento em mérito foi aprovado por unanimidade.-----

---No Ponto sete, Construção do Estádio Municipal de Mesão Frio – 1ª fase – Aprovação dos Encargos Plurianuais, o Sr. Presidente da Câmara Municipal no uso da palavra fez uma breve explicação sobre o tema, não havendo mais ninguém inscrito para intervir, posto à votação o documento em mérito foi aprovado por unanimidade.

---No Ponto oito, Contratos de Aquisição de bens e serviços com encargos plurianuais, autorizados pela Assembleia Municipal, nos termos do nº1, artigo 30.º, das Normas de Execução Orçamental, que fazem parte integrante das Grandes Opções do Plano e Orçamento 2020, não havendo ninguém inscrito para intervir foi tomado conhecimento. -----

---No Ponto nove, Documentos de Prestação de Contas, Relatório de Gestão do Exercício de 2019 e Aplicação de Resultados, o Sr. Presidente da Câmara Municipal, efetuou uma apresentação em PowerPoint detalhado e explicando todos os números constantes do relatório. -----

--- O Senhor Deputado Maximiano Correia referiu não querer retirar o mérito ao documento e aos números apresentados, mas efetuou uma correção indicando que o valor de setecentos mil euros não fazem parte do abatimento a dívida por serem de curto prazo, não havendo mais ninguém inscrito para intervir, posto à votação o documento em mérito foi aprovado por unanimidade.-----

---No Ponto dez, 2ª Alteração Orçamental Modificativa às Grandes Opções do Planos e Orçamento para 2020, o Sr. Presidente da Câmara Municipal no uso da palavra fez uma breve explicação sobre o tema, referindo que a alteração é necessária para enquadrar as seguintes situações: inserção do saldo orçamental de 2019, candidatura do plano de igualdade de género, obra do miradouro do imaginário, acionamento das garantias das obras da biblioteca e centro escolar e inclusão de duas dívidas referentes a aquisição do terreno em frente a biblioteca onde passa atualmente a estrada em 1996 e do terreno contíguo em 2002 e do loteamento de Carrapatelo esta por decisão judicial devido a cobrança indevida por parte do Município, na altura do mandato do anterior presidente da Câmara Municipal.-----

---O Senhor Deputado Joaquim Saraiva questionou se as dívidas de 1996 e 2002 estavam contabilizadas, se existem documentos, se as mesmas não teriam prescrito e

o que é que foi feito por parte do município nesta matéria, questionou ainda se a dívida do loteamento de Carrapatelo decorreu de sentença judicial.-----

---O senhor Presidente da Câmara usou da palavra para responder e referiu que estas dívidas não prescrevem e que estão devidamente documentadas, e, quanto ao loteamento de Carrapatelo, a mesma prende-se com um processo judicial intentado na altura em que o Prof. Marco Silva era presidente da Câmara Municipal, e, não havendo mais ninguém inscrito para intervir, posto à votação o documento em mérito foi aprovado por unanimidade.-----

--No Ponto onze, Relatório sobre o Estado de Ordenamento do Território (REOT), o Sr. Presidente da Câmara Municipal no uso da palavra fez uma breve explicação sobre o documento, referindo que uma vez que se está a proceder a revisão do Plano Diretor Municipal é obrigatória a realização de um relatório para apurar da execução dos objetivos do anterior Plano, referiu ainda que os dados constantes do relatório não são recentes, mas que não existem outros e que os dados do Instituto Nacional de Estatística não se encontram corretos.-----

--- O Senhor Deputado Maximiano Correia usou da palavra para referir que a legislação que rege esta matéria remonta a 2015, que as revisões só fazem sentido se os relatórios denunciarem problemas, questionou o facto de a Assembleia ter que aprovar o documento e se o mesmo não terá de ser apreciado, de novo, pela Assembleia, apontou o facto de que o documento apresenta dados desatualizados mas, pelos dados apresentados, é preocupante a grande perda de população e a média de escolaridade abaixo da média da região, continuou referindo que se pode fazer do documento uma base de trabalho invertendo os aspetos negativos e realçando os positivos como é o caso do crescimento das licenças para o turismo, setor onde acredita nas unidades pequenas e de origem familiar, referiu ainda que o apoio do Município nos diversos setores de atividade com criação de condições e infraestruturas é fundamental para o crescimento e desenvolvimento do Concelho, indicou o Plano Diretor Municipal como um instrumento de desenvolvimento e de fixação das pessoas, referiu ser importante aproveitar todos os produtores agrícolas e pequenos empresários para potenciar a elaboração do documento e a criação de todo o tipo de zonas, que existem imensos terrenos em OPG mas que não existem construções, que a aposta na agricultura é fundamental, que a Câmara pode comprar,

lotear e vender e finalizou a sua intervenção solicitando que todas as pessoas lessem o documento e que interviessem na discussão publica.-----

--- O Senhor Deputado Pedro Poças referiu que compartilha da opinião do Senhor Deputado Maximiano Correia, que se trata de um documento estratégico e vital para o futuro de Mesão Frio, que o tempo da grande construção em altura já acabou e que o documento não resolve todos os problemas mas projeta o futuro, não havendo mais ninguém inscrito para intervir, foi apreciado o documento.-----

--- No ponto doze, Conhecimento dos atos praticados, no âmbito do Regime Excepcional para Promover a Capacidade de Resposta das Autarquias Locais, no âmbito da Pandemia da Doença - COVID-19, ao abrigo do disposto no artigo 4º da Lei n.º 96/2020, de 10 abril, o Sr. Presidente da Câmara Municipal no uso da palavra enunciou todas as medidas tomadas pelo Município, não havendo mais ninguém inscrito para intervir, foi tomado conhecimento.-----

---No Ponto treze, Período aberto ao público não se registaram quaisquer pedidos de intervenção. -----

Nada, mais havendo a tratar, foi lida e aprovada por unanimidade a minuta da reunião, sendo, de seguida, encerrada a sessão, pelas vinte e duas horas e quarenta minutos. ---

O Presidente da Mesa da Assembleia \_\_\_\_\_

(Carlos Manuel Pombo Soares Silva)

O Primeiro Secretário \_\_\_\_\_

(Luís Miguel Silva Marques)

O Segundo Secretário \_\_\_\_\_

(Marco Aurélio Correia de Araújo Ferro)